



ORPHEU CORRÊA E SILVA

## Sergio Antonio Berni de Brum<sup>1</sup>

O Juiz Militar Orpheu Corrêa e Silva nasceu na cidade de Porto Alegre/RS, no dia 1º de janeiro de 1914, filho de Laureano Corrêa e Silva e de Luiza Barros e Silva. Foi nomeado Juiz Militar da Corte de Apelação da Justiça Militar do Estado pelo Ilmo. Sr. Dr. Ildo Meneghetti, Governador do Estado do Rio Grande do Sul no dia 6 de dezembro de 1966 conforme se vê no processo 788/66 da Secretaria do Interior e Justiça, tendo exercido a judicatura na Corte de Apelação da Justiça Militar do Estado do Rio Grande do Sul até a data de 21 de novembro de 1968, quando foi publicado no diário oficial sua aposentadoria.

O Juiz Militar Orpheu Corrêa e Silva<sup>2</sup>, incluiu na Brigada Militar em 15 de março de 1933 quando tinha 19 anos. Foi declarado Aspirante Oficial em 31 de outubro de 1941, 2º Tenente em 25 de dezembro de 1942, 1º Tenente em 31 de março de 1950 por merecimento, Capitão em 21 de abril de 1955 por antiguidade, Major em 18 de novembro de 1958 por merecimento, Tenente Coronel em 20 de setembro de 1960 também por merecimento e ao posto de Coronel foi promovido por merecimento em 29 de junho de 1965. Realizou o curso de formação de oficiais em 1941 e o curso de aperfeiçoamento de oficiais em 1957. Formou-se em jornalismo no ano de 1964.

Resgatamos, pois como gosto de repetir “tiraremos a poeira dos livros históricos, que são fontes primária”, e homenageamos os integrantes da Justiça Militar do

---

<sup>1</sup> Desembargador Militar Sergio Antonio Berni de Brum – Coordenador do Projeto Memória da JME/RS.

<sup>2</sup> Almanaque dos Oficiais da Brigada Militar – 1967 – Ano XLIX – Oficinas Gráficas da Brigada Militar, POA, RS.

Estado em 1967, ano em que o Magistrado Orpheu Corrêa e Silva exerceu a judicatura militar.

Assim era composta a Justiça Militar do Estado no ano de 1967, incluindo magistrados e servidores.

### **Corte de Apelação<sup>3</sup>**

**Presidente:** Dr. Clio Fiori Druck

**Vice-Presidente:** Cel. Raul Oliveira

**Juízes:** Cel. José Martins

Cel. Orpheu Corrêa e Silva

Cel. Octavio Frota

**Diretor-Geral:** Dr. Hermilo Galant

**Oficial Judiciário:** Dr. Darci Moreira Cardoso

### **Auditores**

#### 1ª Auditoria

**1ª Auditor:** Dr. Antônio César Alves

**Auditor Substituto:** Dr. Júlio André

**Escrivão:** Dr. Targino Bidart da Silva

**Oficial Escrevente:** Luiz Carlos Quarti

#### 2ª Auditoria

**2º Auditor:** Dr. Antonio Frederico Knoll

**Auditor Substituto:** Dr. Milton Souza Gonçalves

---

<sup>3</sup> Almanaque dos Oficiais da Brigada Militar – 1967 – Ano XLIX – Oficinas Gráficas da Brigada Militar, Porto Alegre/RS

Ministério Público

**Procurador de Justiça JME:** Dr. João Lyra de Farias

**Promotor Militar da Capital:** Dr. Pascoal Serrano Baldino

**Promotor Público 1ª Auditoria:** Dr. Alfredo Nascimento Barbosa

**Promotor Público 2ª Auditoria:** Dr. Sylvio Scalzilli

Diretoria Administrativa

Secretaria Administrativa

Cap. José Betat da Rosa

Cap. Lélío Michel Belloto

Cap. Antônio Bastos Costa

É digno de registro que a época, ano de 1967, a Corte de Apelação da Justiça Militar do Estado (2º Grau) tinha 2 servidores, o Diretor-Geral e o Oficial Judiciário, além disso o 1º Grau integrado pela 1ª Auditoria em Porto Alegre e a 2ª Auditoria em Santa Maria tinham o quadro de 2 servidores e a Diretoria Administrativa continha 3 servidores, ou seja, “toda” a Justiça Militar do Estado tinha 7 servidores. Hoje ela continua com o mesmo espírito republicano da economicidade pois mesmo com a evolução, aumento de competências, criação de duas novas Auditorias, pouco mais de 100 integrantes entre magistrados e servidores compõem esta Justiça Especializada em 2020.

Feita essas considerações históricas e ao nosso sentir de valor importantíssimo, voltemos pois a história do homenageado, o Juiz Militar Orpheu Corrêa e Silva.

O Juiz Auditor Orpheu Corrêa e Silva foi eleito Vice-Presidente da Corte Castrense em 27 de dezembro de 1967, sendo Presidente para o biênios 1968/1969 o Juiz Raul Oliveira. Dessa maneira no ano de 1968 assim ficou composta a Corte Castrense:

**Presidente:** Raul Oliveira

**Vice-Presidente:** Orpheu Corrêa e Silva

**Juízes Militares:** Octavio Frota

Assis Fontoura de Almeida

**Juiz Togado Substituto:** Dr. Antônio Cesar Alves

**Procurador de Justiça:** Dr. João Lyra de Faria.

Consta da Ata de Sessões Extraordinária nº 1119/68 de 23 de novembro de 1968 que tomou posse como Juiz da Corte Castrense o Coronel Nabuco Rodrigues Martins na vaga deixada em razão da aposentadoria do ilustre Juiz Militar Orpheu Corrêa e Silva.

Quero aqui deixar registrado excertos da exposição de motivos do projeto de lei, proposto pelo saudoso e amigo da Justiça Militar do Estado, Vereador Pedro Américo Leal, em 1999<sup>4</sup>, que denomina praça Coronel Orpheu Corrêa e Silva um logradouro público de Porto Alegre, pois entendo que as justificativas do valoroso deputado sintetizam o pensamento do povo Portense sobre nosso destacado e relevante magistrado militar.

Diz o proponente Vereador Pedro Américo Leal:

“Imune a corrupção, ocupou por largos anos cargos que geriram vultuosas verbas e manipulavam grandes somas em dinheiro, deles saindo sem mácula alguma, notadamente nos cargos de Chefe do Estabelecimento de Subsistência e no de Diretor da Diretoria de Administração da Brigada. Teve, portanto,

---

<sup>4</sup> Câmara Municipal de Porto Alegre – Proc. Nº 2524/99 – PLL nº 0122/99

oportunidade de provar sua idoneidade e honradez, postando-se sempre acima de qualquer suspeita. Mas foi, sem dúvida, no Comando do Corpo de Bombeiros que encontrou ambiente para executar sua irresistível vocação de ser útil aos seus semelhantes em horas de aflição.

Para coroar sua vida militar, foi guinado ao Tribunal Militar do Estado, sendo nomeado um de seus membros, em 14.9.1966. Aposentando-se como Juiz daquele Tribunal em 21.11.1968, após mais de 35 anos de efetivo serviço prestado ao seu estado. Mas a aposentadoria não foi para ele sinônimo de inatividade, eis que a partir dela pode exercer, em tempo integral, suas atividades benemerentes. A propósito, costumava dizer aos seus íntimos: 'nunca trabalhei tanto depois de aposentado'.

Pelas mãos da professora Nair Marques Pereira de Almeida, ingressou em 1975, no movimento gaúcho pelo menor (MGM), conhecida e renomada entidade de assistência ao menor carente da Capital, tornando-se desde logo, seu conselheiro. Em 1977, foi eleito Vice-Presidente, cargo que exerceu até 1979. Deste ano em diante, mercê de sua dedicação a causa do menor carente, passou a integrar a comissão de assessoria permanente, que tem como função primordial assessorar a Presidente em questões relevantes.

Dessa comissão faziam parte também as eminentes damas da sociedade local, Sra. Anita Knijnick e as ex-Presidentes da Entidade, Sras. Ione Pacheco Sirotsky e Maria Luiza Lopes Alves. Concomitantemente o Cel. Orpheu representava o MGM no sindicato das entidades culturais, recreativas, de assistência social, de orientação e formação profissional do Estado do Rio Grande do Sul (SECRASO/RS). Nesse sindicato não foi menos exitosa a sua participação no mesmo ano do seu primeiro contato com o SECRASO, foi eleito suplente de seu Conselho Fiscal, gestão 79/82. Na gestão seguinte, 82/85, foi eleito Vice-Presidente e, na gestão 85/88, foi eleito Secretario, chegando a Presidência do Sindicato em 1988. Concluído seu período presidencial sob aplausos

generalizados das entidades sindicalizadas, foi eleito Secretario na gestão 91/94. Finalmente, para a gestão 94/97, foi novamente eleito Vice-Presidente, ano exercício ao qual veio a falecer. Como se vê, por onde passou, o Cel. Orpheu deixou a marca de homem voltado ao propósito de servir, sempre mais preocupado com os outros do que consigo mesmo”.

Para continuar retirando a poeira do passado dando luz a história que tão galhardamente escreveu o Juiz Militar Orpheu Corrêa e Silva buscamos entrevista concedida ao Jornal Folha da Tarde<sup>5</sup> em 1966, a mais de 54 anos pelo próprio magistrado, onde, com o título “Filho de pedreiro faz andar a máquina da Brigada Militar, o Coronel diz:

“A cor escura de minha pele jamais exerceu qualquer influência negativa em minha vida. Todas as oportunidades de vencer e progredir na minha corporação me foram proporcionadas. E, eu soube aproveitá-las, embora com sacrifícios e muita luta, é claro”. E repetindo o poeta: “mas o que é a vida, senão uma luta constante!”

Eis assim fragmentos históricos da belíssima e destacada carreira como Oficial da Brigada Militar, Juiz Militar da Corte de Apelação da Justiça Militar do Estado e do cidadão que se preocupava mais com os outros do que com a si próprio.

Neste ano em que comemoramos o centésimo segundo aniversário do Tribunal de Justiça Militar Gaúcho, tivemos pois a oportunidade de trazer à atual e futuras gerações o exemplo a ser seguido de homem público, honrado, inteligente, culto, ativo e humano do Juiz Militar Orpheu Correa e Silva que ficou órfão de pai aos 15 anos e como filho mais velho assumiu as responsabilidades de chefe de família. Não posso deixar ao

---

<sup>5</sup> Jornal Folha da Tarde – 13 de maio de 1966 – pg. 3

esquecimento que seu pai Laureano Correa e Silva, trabalhou na construção do Palácio Piratini<sup>6</sup>, sede do governo gaúcho sendo modelador dos detalhes da parte frontal do edifício da frente da Praça Matriz.

Obrigado Juiz Militar Coronel Orpheu, seu idealismo e espírito fraterno honrou nossa Corte Castrense e se hoje chegamos aos 102 anos é porquê homens com sua visão de futuro, ano após ano a construíram e a fortaleceram. Sem a participação efetiva de V. Exa. como magistrado, não existiria a Corte Castrense. V. Exa. juntamente com todos os integrantes da corte castrense a fizeram respeitada nacionalmente.

---

<sup>6</sup> Jornal Folha da Tarde – 13 de maio de 1966, pg. 03.